

# **A formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro em um determinado território: O Rio de Janeiro.**

\*JUSSARA FRANÇA DE AZEVEDO

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar e descrever a formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro, e as condições estruturais da cidade do Rio de Janeiro para a organização desta entidade.

Para tanto, dividirei em duas partes este artigo: a primeira será sobre as condições estruturais e a crise da SAIN, que puderam impulsionar a organização da entidade e o segundo capítulo, reja sobre a própria organização, sua luta pela indústria fabril no Império do Brasil na década de 1880 do século XIX.

### **1- As condições estruturais e políticas para a formação da Associação Industrial.**

Na década de 1870, a economia do Rio, presenciou dois movimentos importantes, a crise na lavoura cafeeira fluminense, sobretudo nas áreas pioneiras da região ocidental, que se caracterizavam por escassez crescente de terras virgens nas fazendas, e o envelhecimento da mão-de-obra escrava e por outro lado, o início da instalação de uma produção tipicamente fabril, organização através da subordinação real do trabalho ao capital pela mecanização da produção, tendo a indústria têxtil sobressaído neste período.

O crescimento e ramificação do sistema ferroviário e rodoviário, a melhoria dos meios de transporte, a gradual liberação dos escravos e o afluxo de imigrantes ampliaram o mercado consumidor suprido pelo Rio de Janeiro e contribuíram para a

---

\* Mestranda em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Participo do Polis na Universidade Federal Fluminense.

expansão dos setores secundários e terciários entre 1875 e a década de 80, do século XIX<sup>1</sup>.

Nas últimas décadas do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro era um mercado em franco crescimento, sua população ultrapassava 230 mil habitantes, sendo 817 residiam na área urbana. Já era a maior cidade brasileira, o Rio de Janeiro era um dos 15 maiores portos do mundo, sendo o terceiro da América.<sup>2</sup>

O Porto e a Estrada de Ferro Central do Brasil eram importantes meios de distribuição das mercadorias importadas e produzidas. Já para o interior, os trilhos das estradas de ferro asseguravam o fornecimento de amplas regiões de Minas Gerais e São Paulo. O Rio de Janeiro perdia paulatinamente sua posição de exportador de café, para ganhar um espaço cada vez maior, de um centro distribuidor de artigos importados e de seus próprios produtos.

*“O espaço vamos defini-lo simplesmente como o local onde os eventos acontecem, compreendendo que “eventos” são aquelas passagens do futuro pelo presente para mergulhar no passado.”<sup>3</sup>*

Este espaço se configura na cidade do Rio de Janeiro, onde esta Associação Industrial foi criada graças aos movimentos e condições estruturais e políticas, que puderam viabilizar seu “nascer” neste período, além do fato do descontentamento da seção fabril dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e seu rompimento fundando a dada entidade.

Milton Santos em seu livro: A Natureza do Espaço diz: “O espaço é formado por um conjunto indissociável solitário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a

---

<sup>1</sup> LOBO, Eulália Maria L. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro) Rio de Janeiro, Vol I, IBMEC, 1978, p. 171

<sup>2</sup> LEVY, Maria Bárbara. A Indústria do Rio de Janeiro Através de suas Sociedades Anônimas. Rio de Janeiro UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994, p.96

<sup>3</sup> GADDIS, John. Paisagens da História. Rio de Janeiro. Campus, 2003, p. 47.

história se dá”. Para o autor a história ocorre numa relação entre a natureza e a ação do homem, este a modifica dando novos significados aos objetos naturais e artificiais em dado espaço.

Em relação ao Rio de Janeiro beneficia-se com a sua condição administrativa de capital. Suas relações econômicas com as províncias eram em muito beneficiada pelas relações políticas de dependência entre si.

Como a capital centralizava a arrecadação de impostos, os melhoramentos urbanos ocorriam de forma mais dinâmica, facilitando em muito o processo de crescimento e de expansão na área econômica.

Outra grande facilidade era o fato do Rio de Janeiro ser a porta de entrada para o Brasil, pois os produtos importados chegavam em grande quantidade pelo porto do Rio e era adquirido sem intermediários pela população da cidade, facilitando a aquisição e dando crescimento ainda maior ao mercado do Rio de Janeiro, e favorecendo a compras de máquinas, equipamentos, matérias primas em geral.

Em relação ao território da cidade do Rio de Janeiro e suas condições para o “nascer” da Associação Industrial na década de 1880, podemos observar, o que Milton Santos nos lembra:

*“A configuração territorial ou configuração geográfica, tem pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real somente lhe é dada pelo fato das relações sociais, A configuração é dada pelas obras dos homens: portos, fábricas”.*<sup>4</sup>

As condições materiais eram essenciais para fornecer, a possibilidade de gerar um grupo que pudesse pensar o Império do Brasil de uma maneira diferente, com um discurso “industrialista”, em que a indústria fabril seria a solução para a economia dependente do café. Todas as estruturas deste grupo se organizar e proclamar seus ideários.

---

<sup>4</sup> SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. Técnica e Tempo / Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 51

Além de todas essas razões temos ainda o fato da cidade do Rio de Janeiro ser o centro financeiro do país, sede dos maiores bancos da época, tanto privados quanto estrangeiros, além da Bolsa de Valores.

Sem contar que a cidade do Rio era o centro comercial, político e financeiro do Império, o Rio tinha ainda, a disponibilidade de mão-de-obra. Tanto pelas migrações quanto pelo aumento natural da população.

Na década, tivemos ainda mudanças econômicas aceleradas na esfera política, tivemos a Abolição da Escravatura em 1888 e, por fim, a República em 1889, fechando todo o perfil do Rio na década de 1880.

Nesta situação, a indústria “nasce” com força no rio de Janeiro, principalmente, a indústria têxtil. O ciclo de investimento industrial iniciado em 1880 se sustenta até 1895. Até então, o país viveu uma fase de crescimento industrial, principalmente no centro-sul. O Rio de Janeiro e a região fluminense passaram a sediar os grandes estabelecimentos fabris.

Segundo Suzigan, “gênese do capital industrial ocorre no período anterior a década de 1880, principalmente das fábricas de tecidos, chapéus, calçados e algumas indústria de metal-mecânica.”<sup>5</sup>

O período de 1880-1881 deu o início da indústria de forma mais organizada e como uma expressão consistente, tendo objetivos e usando meios de propagar seus ideais e com uma representação de classe. Com a organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro em 1881, primeira entidade que agregou exclusivamente os industriais.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 454

<sup>6</sup> Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881, p. 2.

Para Milton Santos “um evento é um resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa”<sup>7</sup>. A organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro ocorre mediante as condições estruturais, políticas e devido a própria crise dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional com a “questão chapeleira”, que ao reivindicarem apoio do Governo Imperial, não encontrando, um grupo da seção da indústria fabril, saí do órgão para fundar a Associação Industrial.

Durante o período das décadas de 1870 a 1880, foi se formando um quadro de reavivamento quando as indústrias. A crise que ocorreu na SAIN com a questão dos chapéus e suas divergências dentro do órgão, gerou uma crise tão profunda que ocasionou a saída do grupo ligado a seção industrial fabril, que reivindicou do governo incentivos para a indústria, e por fim, enfraqueceu a própria SAIN. A reação deste grupo industrial foi continuar a lutar pela indústria do país. As constantes crises na lavoura, favoreceu a sua posição de formar uma Associação que pudesse unir o grupo e se tornar a Associação Industrial.

O método encontrado para a organização da classe foi a propaganda através da imprensa do Rio de Janeiro, além de artigos, manifestos, o periódico O Industrial, tiveram o objetivo de ser um instrumento para unir os industriais e de propagar suas idéias e seus objetivos de classe, além de sensibilizar o governo quanto ao potencial das indústrias já existentes, e as que puderam ser fundadas dependendo do apoio financeiro que poderia, ser dado, a necessidade urgente de proteção aos produtos nacionais. Estes artigos também tinham como objetivo levar ao conhecimento da população que as indústrias seriam geradoras de emprego, riquezas e bem estar para todos.

Um outro método encontrado para a organização da classe industrial, foram as Exposições Industriais de 1881, 1882 e 1888, que puderam demonstrar para o governo e

---

<sup>7</sup> SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 76

a esfera pública o potencial da indústria, e sua importância econômica e política, para o crescimento do país, esta traria riquezas, empregos e renda.

Segundo Milton Santos “a paisagem permite apenas supor um passado. Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retornar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento a momento”.<sup>8</sup> Pretendo apenas vislumbrar o passado e identificar o que em um dado espaço ocorreu e como pode se desenvolver este evento.

## **2. A Organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro**

A formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro não se deu de forma tranquila e sem luta. Dado as necessidades dos industriais e suas reivindicações quanto ao apoio ou não, do Governo Imperial, foi preciso se estruturar como entidade. Para os industriais se unirem, e estabelecerem idéias objetivas, quanto ao rumo da indústria no país, foi necessária a utilização da propaganda.

No período de 1877-1881, poderemos notar a formação da Associação, suas principais metas, e seus meios para a sua coesão, tanto interna quanto a busca de objetivos a serem alcançados ao longo de sua trajetória.

Com a crise que ocorreu dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, foi necessário dar um novo rumo a Indústria Nacional. Apesar da SAIN apoiar a indústria, ela tinha em seu pensamento muito mais ligado a agricultura, e a técnica de formação a objetos e artefatos e não a indústria fabril.

Com a vitória da seção industrial fabril quanto a questão dos chapeleiros, as reivindicações foram levados ao Governo Imperial, era solicitada a formação do desenvolvimento industrial e amparo as fábricas já existentes, por meio de uma tarifa adequada. A reivindicação não mereceu a menor atenção, por parte dos poderes públicos.

---

<sup>8</sup> Idem, p. 86

Com tudo isso os industriais utilizaram uma forma nova para alcançar a comunicação e coesão do grupo, artigos conclamadores, que trazia em seu conteúdo a importância, os ideais, as necessidades, seus direitos e sua posição na vida econômica do país.

Que os levou a união, o Manifesto da Associação Industrial que tinha como um de seus objetivos manter informado sobre eventos, exposições e materiais do mais diverso sobre o desenvolvimento industrial do país.<sup>9</sup>

Em 1878 com as dificuldades do tesouro foi elevado para 50% os direitos adicionais sobre a importação, pela tarifa Rio Branco tinham sido anteriormente fixado em 40%. Foi nomeado uma comissão para se estudar uma nova revisão de tarifa alfandegária incumbindo de conciliar quanto possível, os interesses da Fazenda com os do Comércio.<sup>10</sup>

Em 1879 saiu a nova tarifa, que trouxe discussão quanto ao protecionismo brasileiro. O antagonismo entre fábricas de fiação e tecelagem, pois a indústria de fiação exigir altas tarifas, para o fio, enquanto a tecelagem solicitava a sua redução. Este novo aumento não satisfaz a ninguém.

Apesar do ganho dos industriais, quanto esta nova tarifa, que foi um alívio, seus adversários não se calaram, e fizeram pressão sobre o governo com o objetivo de se rever esta tarifa.

Em 1880 foi nomeada uma nova comissão para a revisão da tarifa alfandegária, com isso, a indústria resolveu se unir. Estava clara, a posição dos importadores e negociantes de chapéus, faziam pressão para diminuição dos direitos sobre este artigo e os fabricantes de chapéus reuniram-se e resolveram dirigir ao governo uma representação.

---

<sup>9</sup> Manifesto da Associação Industrial. p. 1880, p. 17-18

<sup>10</sup> GASPAR, Silveiro Martins. Proposta e Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro, 1878.

Ângela Maria de Castro Gomes em seu livro: *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937* argumenta:

*O desenvolvimento industrial como o parasitário na sociedade brasileira, pois vivendo às custas de tarifas alfandegárias. É como se o Estado realizasse uma “doação” das condições de sobrevivência da indústria a qual estaria afastada da luta e conquista destas condições, sendo quase uma beneficiária passiva. (GOMES, 1979, p.48)*

Quanto a esta posição passiva, observamos a posição de Maria Antonieta P. Leopoldi em seu livro: *Política e Interesses na Industrialização Brasileira. As Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado – Como uma visão um tanto divergente.*

*“Entendemos que há uma nítida relação entre o crescimento industrial do Rio de Janeiro (em especial na etapa posterior a 1880) e o processo de organização dos industriais em Associação de classe de penetração no Congresso e nos organismos encarregados de elaboração das tarifas e do orçamento governamental. A relação é na verdade circular, porque a organização dos industriais gera pressão para nos surtos de crescimento industrial, os quais por sua vez reforçam o poder político e econômico dessa fração”. (Leopoldi, 1000, p. 60)*

Para Leopoldi (2000), a organização da Associação Industrial e a sua articulação política demonstram a ação objetiva e eficaz, quanto às tarifas protecionistas, gerando novos surtos industriais e assim dando ganhos reais a classe industrial.

Gaddis nos alerta que “há versões competitivas da verdade, e que devemos escolher em qual acreditar... não existe uma “correta” interpretação do passado”.<sup>11</sup> E sim uma construção e reconstrução de um fato histórico, pois ao encontrarmos mais fragmentos do passado, poderemos reorganizar tudo que já foi escrito. Isto nos aponta para a função do historiador, pesquisar e redescobrir o passado.

A Associação Industrial inicia seu processo de luta pela indústria fabril nacional na década de 1880 do século XIX. Com a ação de comendador Malvino de Silva Reis,

---

<sup>11</sup> GADDIS, John. *Paisagens da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p.24.

que teve a iniciativa de unir os industriais em defesa dos chapeleiros em uma associação, para melhor lutar por seus interesses.

A reunião de formação da Associação Industrial se deu na Associação Comercial do Rio de Janeiro, houve vários discursos, que enfocavam a instabilidade de tarifa aduaneira, a urgência de uma política que animasse o trabalho nacional.<sup>12</sup>

*“Uma relação entre o valor da ação e o valor do lugar, onde ela se realiza, sem isso todos os lugares teriam o mesmo valor”<sup>13</sup>*

Desta reunião resultou a fundação da Associação Industrial do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo a defesa da classe e seus interesses. Na Associação Industrial foi organizado estatísticas industriais, discussão de seus problemas pela Imprensa, realizações de conferências e uma representação para o Senado. Seu primeiro presidente foi Antônio Felício dos Santos, depois eleito deputado renunciou a presidência da Associação Industrial, e ficou sendo líder no Congresso.

Em 1881, o Estatuto da Associação Industrial foi elaborado e passado mais tarde por reforma, pela própria seção de Negócios do Império que, apesar de haver representantes no Senado e na Câmara, havia no seio da Associação Industrial, diversos tipos de problemas a serem resolvidos como: a falta de experiências associativa, industriais que não tinham ultrapassado a fase artesanal, e por último a heterogeneidade da classe. Seus membros faziam parte: fábricas, tecidos, chapéus, velas, produtos químicos, construção naval, fundição e além desses industriais faziam parte também serralheiros, alfaiates, marceneiros...<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Associação Industrial. Relatório, p. 22 e Jornal do Comércio (RJ, 07 de setembro de 1880), p. 6

<sup>13</sup> SANTOS. Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 70

<sup>14</sup> Manifesto da Associação Industrial. p. 1880, p. 28-29

É necessário uni-los para que lutassem contra a redução dos direitos alfandegários, conquistados com a tarifa de 1879, segundo seus opositores.

*“Um regime protetor só serviria a meia dúzia de fabricantes, em prejuízo a grande massa de consumidores”.*<sup>15</sup>

Os industriais continuavam a luta através de artigos e nos bastidores da política nacional na tentativa de mostrar o quanto, a indústria manufatureira iria trazer progresso, riquezas, melhoria em geral para a massa de trabalhadores necessitados de emprego e de uma situação melhor de vida.

Segundo Gomes “a política tarifária governamental proporcionava um estímulo virtual à indústria, pois seu objetivo principal estava não diretamente no desenvolvimento deste setor da produção, mas sim no desestímulo às importações, o que aliviaria a balança de pagamentos do país.”<sup>16</sup>

Para Leopoldi, “por vezes uma tarifa tinha intenções protecionistas em outras ocasiões: as taxas eram estabelecidas com vistas a obter rendas para o governo. No entanto por de trás de cada nova tarifa ou de cada revisão tarifária parcial, havia sempre um grupo de industriais tentando sobreviver com o apoio de barreira alfandegária a despeito do ataque dos livres-cambistas”.<sup>17</sup>

Por trás de cada conquista de tarifa alfandegária, havia um lobby no Congresso, uma articulação política nas comissões com o objetivo de obter proteção à indústria, em um país agro-exportador todo o apoio era difícil.

*“Nos países novos não pode medrar a indústria sem alento dos altos poderes públicos. Todos os governos civilizados começam assim, favorecendo o desenvolvimento do órgão industrial. A moralização das classes pobres pelo trabalho é quando mais não seja uma questão de alta política”*<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> O periódico Industrial. A tarifa das Alfândegas. 18 de junho de 1881.

<sup>16</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Campus 1979, p. 62

<sup>17</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira. As Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado*. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 94

<sup>18</sup> O Trabalho Nacional e seus Adversários. 1881. p. 22

Em diversos artigos publicados acerca da posição da Associação Industrial ser protecionista para o bem da indústria nacional, fica claro que de acordo com os próprios exemplos de países desenvolvidos, a Associação em seus argumentos invoca a lógica da ação e a necessidade de se seguir os bons exemplos e vingar como nação civilizada e próspera.

*“Tudo isto, porém, era insuficiente, para alcançar-se uma verdadeira independência e os americanos, homens e experientes, filhos de ingleses, abandonaram os meios paliativos, em 1870, formaram a sua verdadeira tarifa, aquela que promoveu a felicidade desse grande povo. O ilustre redator sabe que ali os direitos de entrada foram calculados de 50% a 96%”.<sup>19</sup>*

O sentimento patriótico americano era a garantia do desenvolvimento da nação e bem estar de seu povo, além é claro, crescimento industrial e maior lucro para os industriais. Com o quase fechamento do mercado externo, os EUA começou a ser livre cambista entre seus estados gerando concorrência e assim estimulando seu próprio crescimento.

O que acontecia no Brasil era a luta constante entre o protecionismo e o livre câmbio. O governo pressionado pelos países desenvolvidos e mais por pressão dos grandes fazendeiros e dos comerciantes e importadores. Os industriais pressionavam através de exposições e seus argumentos através da imprensa, para a esfera pública e de seus líderes no Congresso e na Câmara a proteção a indústria.

A questão do governo era o fisco e o controle das contas, e a questão dos industriais era se fazer ouvir, seus argumentos, e suas metas para o desenvolvimento industrial sustentável. Os industriais chamavam a atenção da vulnerabilidade de uma economia assentada sobre um único artigo, o café. Sobre esta argumentação foi usado a

---

<sup>19</sup> O Trabalho Nacional e seus adversários, artigo “O Rio News”. 1881, p. 58

crise que a agricultura passava no período, no início da década de 1880, além da diminuição da safra do açúcar e do algodão, e da oscilação de câmbio.

Outro fator para despertar dos dirigentes para a necessidade de amparar o trabalho industrial foi o desenvolvimento da imigração e o aumento progressivo das cidades, pois a população não tinha trabalho fixo, os homens vendiam hortaliças, frutas e peixes. As mulheres se prostituíam, o furto eram comum e até viviam de esmolas. A população sem emprego e com crise na lavoura, tudo isso contribuiu para o despertar dos dirigentes.

O problema ecoava na Câmara dos Deputados, onde o Duque Estrada Teixeira, o atribuía à falta de proteção à indústria e a instabilidade as tarifas aduaneiras que, não incentivando o trabalho nacional, condenava as populações urbanas, ao parasitismo e a miséria com prejuízo da riqueza nacional e da ordem pública.<sup>20</sup>

O comércio exportador que agia nos bastidores do Executivo e tinha seus interesses quanto a mudanças das tarifas, como foi o fato 1874 e de 1881, quando conseguiram mudar a mesma. A alegação era que os consumidores estavam sendo explorados pelos industriais e que as indústrias fictícias prejudicavam o país.

A Associação Industrial perdeu com a mudança de tarifa alfandegária de 1881 e sua reforma, porém conseguiu se manter viva e sensibilizar os dirigentes do país e a esfera pública, quanto a necessidade de atender a população em relação ao emprego e de amparo para o trabalho industrial, forma mais adequada para o crescimento do país naqueles anos de crise na agricultura.

Apesar dos comerciantes exportadores terem conseguido a modificação da tarifa alfandegária, claro que, não foram só os exportadores, havia o apoio interno e externo que deu a sustentação para tal fato, mesmo assim, a cada movimento era feito com cautela, pois havia na esfera pública um sentimento nacionalista muito forte neste

---

<sup>20</sup> Anaes do Parlamento Brasileiro. Segundo ano da Décima Oitava Legislativa. Sessão 1882 RJ

período, provavelmente causado pelo grande fluxo de imigrantes e pela crise do café e o desemprego.

*“O comércio estrangeiro de explorar o consumidor nacional e de trazer a ruína ao comerciante brasileiro”,<sup>21</sup>*

Outro grupo estrangeiro era visto de forma particular, os bancos estrangeiros, isto se deu pelo fato da especulação ocorrida no período de 1870 a 1875.

*“... sendo as operações de câmbio o negócio exclusivo, ou quase desses dois ingleses, os avultados capitais com que jogam as sucursais que possuem nos principais centros comerciantes do Império, e as casas matrizes que tem na Inglaterra, podendo dar-lhes até certo ponto monopólio desse ramo, habilitando-os para determinar a baixa do câmbio, sempre que seja do seu interesse.”<sup>22</sup>*

A Associação Industrial entendia os comerciantes exportadores e até mesmo os fazendeiros pararam no tempo, quanto a economia. Na verdade o café está em crise, seu preço no mercado internacional caiu, agora seria a hora de se investir em outra forma de desenvolvimento econômico.

No documento Manifesto da Associação Industrial, fica clara a intenção.

*“O resultado positivo das associações desta espécie não é simplesmente a soma dos esforços individuais, mas a multiplicação das reações coletivas provenientes da discussão e escolha dos meios de progresso, do conhecimento das necessidades e deficiências de cada um, auxiliados pela energia e inteligência de todas.”<sup>23</sup>*

Aqui é claro a intenção de se unirem e conseguirem se ajudar, para crescerem, poderem escolher os meios para o progresso, em seu objetivo é narrado as próprias dificuldades e a necessidade de se desenvolverem, com estes artigos na imprensa, a Associação pode mostrar à esfera pública a necessidade da organização e suas

---

<sup>21</sup> LUZ, Nícia Vilela. A luta pela Industrialização do Brasil 1808-1930. 2ª Ed. SP: Alfa e Ômega, 1975.

<sup>22</sup> DORIVAL, Teixeira Vieira. A Evolução do Sistema Monetário Brasileiro: SP, 1947.

<sup>23</sup> Manifesto da Associação Industrial. p. 1880, p.16

intenções, podendo assim, influenciar e fomentar discussões da realidade econômica do país.

*“Isolamento em que vivemos, desconhecidos um dos outros, é uma das principais causas da lamentável e criminosa incúria do governo do Estado no tocante a indústria nacional. Com todos os fatores da riqueza pública, porém, muito mais do que outro tem ela desenvolvido quase absolutamente sem direção, nem auxílio do centro governativo, quase ignorada e às vezes ridicularizada pelos homens políticos.”<sup>24</sup>*

Para Gomes “somente em 1904 é que surgiu no Rio uma entidade que tem o objetivo de defender os interesses dos industriais, o Centro Industrial do Brasil.”<sup>25</sup>

Segundo Leopoldi, para melhor combater os livres-cambistas, que tendiam a predominar nessa comissão, os industriais de chapéus uniram-se aos têxteis e a outros setores fabris e artesanais do Rio de Janeiro, formaram entre 1880-1881 a Associação Industrial. Esta entidade se constitui num ativo lobby junto ao Congresso e ao Ministério da Fazenda e projetar uma figura de um novo líder industrial: Antônio Felício dos Santos, foi uma voz dos industrialistas no Congresso Nacional.<sup>26</sup>

O sentimento de isolamento foi um ponto que contribuiu para o despertar deste grupo, quase sempre não apoiado pelo governo, quando se uniram e deram um perfil de classe, com reunião e deliberação pode mostrar sua força e modificar até mesmo a sua expressão como grupo representativo na sociedade.

O Manifesto da Associação Industrial de 1881, não contém uma doutrina econômica com soluções simples para a atuação dos industriais. Era um instrumento de propaganda quanto a realidade do país naquela época.

O que almejavam era mostrar a esfera pública a situação real do país, vista é claro de seu ponto, mas pode contribuir para o entendimento do conflito existente, no

---

<sup>24</sup> Manifesto da Associação Industrial. p. 1880, p.17

<sup>25</sup> GOMES, Ângela Maria Castro. *Burguesia e Trabalho Política e Legislação Social no Brasil, 1917-1937*, 1ª Ed. RJ, Campus, p. 119

<sup>26</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira. As Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado*. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 94

seio econômico e a realidade da posição do Governo Imperial quando ser ou não liberalista. Era um ataque ao liberalismo e a política do governo.

Para Milton Santos “O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. É a sociedade, isto é, o homem que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida”.<sup>27</sup>

O Rio de Janeiro se configurou em um espaço mais adequado para a formação da Associação Industrial, principalmente pelo uso extensivo da Imprensa, como metodologia para se alcançar o apoio da esfera pública e do Governo Imperial e o contato com as Câmaras, entendendo que a própria Associação possuía um líder na Câmara, ora membro desta entidade.

Portanto as condições para a formação estava assim definida, as questões da crise na SAIN, mais as articulações no meio político e do uso da imprensa para divulgação e seus ideais industrialistas.

## CONCLUSÃO

Este artigo tinha como objetivo analisar e descrever a formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro e as condições estruturais da cidade do Rio de Janeiro para a organização desta entidade.

O primeiro capítulo expôs de maneira objetiva, as condições estruturais da cidade do Rio de Janeiro e a crise na SAIN que puderam impulsionar a organização desta entidade, que desejava representar os industriais fabris existentes no Império do Brasil.

---

<sup>27</sup> SANTOS. Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 88

No segundo capítulo, pude analisar e descrever a formação da Associação Industrial e sua luta pela indústria fabril. Este artigo não tem a pretensão de esgotar as discussões quanto a formação ou não de uma Associação Industrial na década de 80 do século XIX, apenas configurar o território que esta entidade foi formada.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **FONTES**

Anaes do Parlamento Brasileiro. Segundo Ano da Décima Oitava Legislatura, RJ, 1882.

Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Decreto nº 8006 de 26 de fevereiro de 1881.

Gaspar Silveiro Martins. Proposta e Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura do Ministro e Secretário do Estado do Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro, 1878.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1880 – Associação Industrial

Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1880.

Trabalho Nacional e seus Adversários, 1881.

### **BIBLIOGRAFIA**

DORIVAL, Teixeira Vieira. A Evolução do Sistema Monetário Brasileira. SP, 1974.

GADDIS, John. Paisagens da História. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil, 1917 – 1937, 1ª Ed. RJ, 1979.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Política e Interesse na Industrialização Brasileira. As Associações Industriais, a política econômica e o Estado. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. A Industrialização do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

LUZ, Nícia Vilela. A luta pela Industrialização do Brasil: 1808-1930, 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço Técnica e Tempo / Razão e Emoção. SP. Hucitec, 1986